

Enquadrando o “Outro”: O Estabelecimento das Relações Diplomáticas entre Brasil e China pelas Revistas *Veja* e *Peking Review*¹

Aline Santos²

Beijing Foreign Studies University - BFSU

RESUMO

Em 1974, Brasil e China iniciaram relações diplomáticas, quando o primeiro país vivia sob ditadura militar anticomunista e o segundo sob liderança comunista. Este estudo investiga como a cobertura desse evento foi realizada pelas revistas *Veja* e *Peking Review*, com base na Teoria do Enquadramento, no conceito de alteridade e em uma abordagem foucaultiana da Análise do Discurso. A partir da análise de um artigo de cada revista, buscou-se compreender como as narrativas refletiram noções de poder no período. Os resultados apontam desequilíbrios: *Veja* recorre mais ao distanciamento pela alteridade, enquanto *Peking Review* enfatiza a proximidade com o Brasil e crítica ao hegemonismo.

PALAVRAS-CHAVE: Relações China-Brasil; Teoria do Enquadramento; Alteridade; Análise do Discurso.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2024, China e Brasil celebraram 50 anos de relações diplomáticas. Isso remonta a 1974, período em que ambos os países vivenciavam contextos políticos, sociais e econômicos vastamente diferentes — tanto entre si quanto em relação aos dias de hoje. O Brasil estava sob ditadura militar que, como destacado por Lima (2023), foi fundada no anticomunismo. A China, por outro lado, chegava aos quase 25 anos sob a liderança do Partido Comunista.

Esse cenário foi abordado por veículos de mídia de ambos os países, e essa cobertura — mais especificamente pela revista brasileira *Veja* e pela chinesa *Peking*

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Relações Internacionais, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 3 a 5 de julho de 2025.

² Mestranda no programa de Global Communication na Beijing Foreign Studies University, em Pequim, China, email: 202420590131@bfsu.edu.cn

Review — serve como objeto deste estudo, com o intuito de compreender como a reportagem das novas relações diplomáticas refletiu as percepções de poder de cada país.

A relevância deste estudo reside no seu potencial para lançar luz sobre os fundamentos das relações China-Brasil, que ainda possuem implicações nos dias de hoje. No Brasil, por exemplo, o ex-presidente Bolsonaro já expressou nostalgia pelo regime militar, era abertamente anticomunista e fez declarações ocasionais que colocaram em risco as relações entre China e Brasil. Ao abordar a cobertura do princípio das relações diplomáticas, este estudo propõe aprofundar o entendimento das raízes dessas tensões.

TEORIA DO ENQUADRAMENTO

Uma das bases para esta pesquisa é a Teoria do Enquadramento, que permite entender que mensagens estão imersas nas crenças conscientes ou inconscientes do emissor sobre um determinado assunto. Entman (2004, p. 5) resume a definição de enquadramento como “selecionar e destacar algumas facetas de eventos ou questões e fazer conexões entre elas para promover uma interpretação, avaliação e/ou solução específicas.” Enquadrar, portanto, é um processo que depende de um conjunto de ações tomadas por quem comunica, que então entrega ao interlocutor a tarefa de interpretação, seja em oposição ou a favor do significado dominante.

Em relação a esse processo, Entman (1993) explica também que há a combinação de dois movimentos principais: a seleção, como na escolha de aspectos de um contexto; e a saliência, que pode tornar esses aspectos mais relevantes no texto. Usando esses elementos, o autor argumenta que o enquadramento pode definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamentos morais e prescrever soluções.

Por fim, Robert Entman (2004) fornece uma definição de significado dominante, considerada uma noção central na teoria do enquadramento. Ele a descreve como sendo o resultado da interpretação mais amplamente aceita, que tende a ser influenciada pelas crenças culturais predominantes e pela estrutura de conhecimento prévia dos receptores. Quanto mais alinhado o enquadramento estiver com esses esquemas dominantes, mais fácil será sua aceitação.

ALTERIDADE

Enquanto a teoria do enquadramento explica como certos aspectos de um evento são selecionados e enfatizados, o conceito de alteridade pode apresentar um dos resultados desse processo. Nesse sentido, Staszak (2020, p. 25) define a “Alteridade” como “o resultado de um processo discursivo pelo qual um grupo dominante (‘Nós’, o Eu) constrói um ou muitos grupos externos dominados (‘Eles’, o Outro)”.

Explorando mais esse processo, Brons (2015) introduz duas dimensões da outrização (nome dado ao processo de construção da alteridade). A primeira estabelece o espectro “bruto-sofisticado” para categorizar os discursos. Em outras palavras, “bruto” é o processo mais explícito e direto, sem qualquer tentativa de construir uma base racional para a diferenciação. Em contraste, a outrização sofisticada é mais sutil, muitas vezes utilizando justificativas para parecer lógica ou neutra e, portanto, mais persuasiva. Essa categorização, no entanto, como visto em Brons, pode aparecer em diferentes graus, não necessariamente como uma dicotomia estrita.

Quanto à segunda dimensão, o autor apresenta categorias nas quais a alteridade construída se enquadra: inferior ou radicalmente estranho—ou ambos. Na visão de Brons, as duas dimensões (bruto-sofisticado e inferior-radicalmente estranho) podem surgir em diferentes combinações, embora mais frequentemente de maneiras implícitas. Em qualquer caso, ele argumenta que isso resulta em exclusão social ou discriminação justificada.

Ainda sobre a alteridade, parece ser unânime entre os estudiosos que ela também é o resultado de assimetrias nas relações de poder. Zevallos (2023) explica que a outrização — uma forma de criar identidades sociais — é uma representação da ordem social estabelecida. Isso revela hierarquias, pois alguns grupos têm vozes dominantes ao se definirem e, conseqüentemente, aos outros. A autora explica que “instituições sociais como a lei, a mídia, a educação, a religião e assim por diante mantêm o equilíbrio de poder por meio de sua representação do que é aceito como ‘normal’ e o que é considerado o Outro.” (2023, p. 5)

METODOLOGIA

Para investigar como o estabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China em 1974 foi enquadrado pela mídia, este estudo adota uma abordagem qualitativa,

que permite uma postura interdisciplinar e interpretativa em relação a um fenômeno (Brennen, 2017). Para tal, as teorias mencionadas servem como estrutura orientadora para a análise propriamente dita.

É importante observar que tanto os textos selecionados para análise quanto as publicações onde eles se encontram possuem diferenças em sua natureza. Embora isso possa implicar em possíveis assimetrias, considera-se que as escolhas editoriais de cada uma (por exemplo, extensão, estilo, abordagem e tom) já são evidências possíveis das preferências no enquadramento do evento. Possíveis interpretações de tais diferenças serão discutidas na seção de análise.

Como estrutura e ferramenta metodológica, este estudo utilizou a Análise do Discurso Foucaultiana (ADF) para examinar os textos. Jäger e Maier (2009, p. 34), baseando-se na noção foucaultiana de poder, argumentam que os discursos “institucionalizam e regulam formas de falar, pensar e agir”. Eles categorizam dois efeitos de um discurso: primeiro, ao formar a consciência individual e massiva, o discurso constitui sujeitos individuais e coletivos; segundo, considerando que a consciência condiciona a prática, os discursos, por sua vez, condicionam a prática.

Em termos procedimentais, foi adotada a análise em três etapas proposta por Jäger e Maier. Primeiramente, uma análise estrutural das linhas discursivas; em segundo lugar, uma análise detalhada dos fragmentos típicos do discurso; e, por último, uma análise sinóptica que cruza os achados em uma interpretação mais ampla. Cada artigo foi analisado separadamente e, para concisão, a discussão a seguir se concentra em uma reflexão combinada e comparação entre eles.

Finalmente, acrescentamos que as amostras diferem em seu idioma—Veja foi escrita em português e *Peking Review* em inglês. Como visto em Keating e Duranti (2011), as traduções são um desafio para os analistas de discurso, pois até mesmo equivalências aparentemente simples podem implicar significados diferentes. Portanto, a fim de minimizar interferências, a análise foi conduzida nos textos originais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O primeiro nível analisado em ambos os artigos foi sua estrutura. O artigo da *Peking Review* é consideravelmente mais curto e aborda o evento de forma mais voltada para a notícia, enquanto o da *Veja* exibe uma narrativa mais profunda, expandindo o

escopo além da diplomacia e política, incluindo também aspectos culturais e acontecimentos antecedentes. Embora isso possa ser devido, por exemplo, ao diferente acesso à informação – considerando que o Brasil foi o anfitrião do evento – ou à natureza editorial distinta, também sugerimos que o contraste possa implicar uma divergência na importância atribuída ao evento por cada revista. Essa consideração surge ao observar outros artigos na mesma edição da *Peking Review*, onde foram encontrados relatos mais longos e até ilustrados.

Ao examinar as principais linhas discursivas, observou-se que ambas as revistas convergem ao abordar o evento factual de aproximação, mas diferem em uma segunda linha: *Peking Review* foca nas posições políticas da China, enquanto *Veja* dedica várias páginas para construir uma narrativa sobre a cultura e sociedade chinesas. O título do artigo da última, “O Pragmatismo Sorridente”, já revela essa abordagem: aponta o sorriso como um comportamento social misterioso que será posteriormente atribuído ao povo chinês e o combina com o pragmatismo, que tenta descrever tanto a China quanto o Brasil em posturas diplomáticas controversas.

Considerando os subtemas propostos por cada publicação, além do esperado fato de que *Veja* tivesse maior variedade, dada sua maior extensão, seu texto dá peso maior ao tema de Taiwan ao abordar a aproximação. Isso pode ser percebido como tendo várias funções: primeiro, informa sobre um dos termos do acordo diplomático; segundo, abre uma linha narrativa para retratar o Brasil como um negociador habilidoso na arena diplomática; e terceiro, apoia as representações da revista sobre os chineses como sendo “irredutíveis” e rígidos. *Peking Review*, por outro lado, faz uso extensivo do comunicado conjunto oficial publicado pelos governos do Brasil e da China como fonte para seu texto, o que resulta em um discurso mais técnico, assim como de acordo e legitimado pela liderança dos dois países.

É nos subtemas associados às suas diferentes linhas discursivas que podemos encontrar os aspectos de alteridade de forma mais clara. No artigo da *Peking Review*, encontramos exemplos que indicam um senso de “nós” com o Brasil: “a luta anti-imperialista e anti-hegemônica dos povos do mundo, com o Terceiro Mundo como a principal força, está avançando.” (*Peking Review*, 1974, p. 4)

Como lido, o discurso apresenta ambos os países como parte de um grupo maior—o Terceiro Mundo—e atribui um senso de “Outro” a um sujeito que não é diretamente

nomeado, mas que pode ser interpretado como as potências ocidentais, pela interpretação dos termos imperialista e hegemônico, combinados com o conhecimento das circunstâncias geopolíticas da época.

Em contraste, os esforços da Veja foram no sentido de enquadrar a China não necessariamente como inferior, mas recorrendo à ideia de ser “estranho”, seja por sua cultura, seja por suas posturas políticas. Essa tentativa parece muito voltada para os desejos do Governo Brasileiro, de modo que a outrização possa evitar suposições de que havia concordância com o comunismo ou com a estranheza retratada, mas sem tanto exagero que comprometeria as conquistas:

"O desconcertante jeito oriental de reservar o mesmo sorriso para todas as ocasiões imediatamente desceria sobre o impacto da medida como um anestésico." (Veja, 1974, p. 25)

"Um salto de Taipei para Pequim já não sugere nenhuma imitação ideológica." (Veja, 1974, p. 27)

Ambos os discursos enquadram seus países de origem em posições poderosas, no entanto, o artigo chinês—que apresenta o Governo da China como líder de uma resistência contra o imperialismo, colonialismo e hegemonismo—o faz implicando uma conexão com o Brasil por essa luta vista como comum. Veja, por sua vez, enquadra seu país principalmente ao opor-se sutilmente aos valores e à cultura chineses, o que coloca o Brasil em uma posição mais elevada na hierarquia de poder.

Além disso, ao examinar a perspectiva de futuro de cada artigo, mais lacunas foram identificadas. Veja, que apresenta estratégias econômicas como a base para um esforço “pragmático”, retrata o futuro somente nesse escopo e, embora o artigo atribua frequentemente alteridade à China, não oferece uma perspectiva sobre o assunto. Enquanto isso, *Peking Review* constrói uma clara indicação de futuro no final do artigo e, novamente, com tentativas de criar uma ideia de “nós” com o Brasil:

"A redação acredita que o estabelecimento das relações diplomáticas promoverá ainda mais a amizade entre os povos da China e do Brasil e o desenvolvimento das relações entre os dois países." (Peking Review, 1974, p. 4)

Foi constatado que tanto *Peking Review* quanto Veja alinham-se com os discursos dominantes de seus respectivos países, reforçando-os por meio de sua cobertura do evento. Enquanto a dependência de *Peking Review* em fontes oficiais do governo reflete

sua natureza estatal, a narrativa da Veja, influenciada pela censura governamental, reforça igualmente a postura oficial do regime brasileiro. Dessa forma, ambos os artigos fazem mais do que simplesmente relatar—eles participam ativamente das dinâmicas de poder mais amplas de sua época, contribuindo para o reforço de quadros legitimados pelo Estado, mas, no caso da China, um quadro de resistência contra as potências ocidentais.

CONCLUSÃO

Este estudo revela que as raízes das relações China-Brasil surgiram de forma controversa, divergindo em significados, intenções e posições encontradas na cobertura midiática de cada país. Ambos os artigos revelam um cenário influenciado pelo contexto geopolítico e, conseqüentemente, diferentes implicações de alteridade e dinâmicas de poder.

Algumas limitações deste estudo devem ser reconhecidas: primeiro, os recursos limitados para testar algumas hipóteses mencionadas anteriormente—como as razões para o artigo mais curto da *Peking Review*—e, segundo, o fato de o analista do discurso ser uma parte ativa na atribuição de significados, portanto, suscetível à interferência de sua própria subjetividade.

Por fim, é importante observar que uma exploração mais abrangente deste tema é recomendada, especialmente considerando uma análise sincrônica, mencionada por Jäger e Maier (2009), que permite o entendimento de certos discursos em diferentes períodos. Isso proporcionaria uma visão mais ampla das relações que, ao longo dos últimos anos, passaram por mudanças.

REFERÊNCIAS

- BEIJING REVIEW. About us. **Beijing Review**, 6 jul. 2020. Disponível em: https://www.bjreview.com/About_Us/202007/t20200706_800212833.html.
- BRENNEN, B. S. **Qualitative research methods for media studies**. 2. ed. Londres: Routledge, 2017.
- BRONS, L. L. Othering: An analysis. **Transcience: A Journal of Global Studies**, v. 6, n. 1, p. 69–90, 2015.
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>.
- ENTMAN, R. M. **Projections of Power: Framing news, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- JÄGER, S.; MAIER, F. Theoretical and methodological aspects of Foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Eds.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. Londres: SAGE, 2009. p. 34-61.
- KEATING, E.; DURANTI, A. Discourse and culture. In: VAN DIJK, T. A. (Ed.). **Discourse studies: A multidisciplinary introduction**. 2. ed. Londres: SAGE, 2011.
- LIMA, M. A. de P. **O regime militar brasileiro e a República da China: Anticomunismo e relações internacionais (1964-1974)**. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/55663>.
- PEKING REVIEW. Editorial. **Peking Review**, v. 1, n. 1, 4 mar. 1958. Disponível em: <https://www.massline.org/PekingReview/PR1958/PR1958-01.pdf>.
- PEKING REVIEW. China and Brazil establish diplomatic relations. **Peking Review**, v. 17, n. 34, 23 ago. 1974. Disponível em: <https://www.massline.org/PekingReview/PR1974/PR1974-34.pdf>.
- RAUTENBERG, E. A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: Uma discussão a respeito do seu papel no campo do poder e da luta de classes. **EM DEBATE**, v. 5, p. 64-81, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-3532.2011n5p64>.
- REDAÇÃO. Os 50 anos de VEJA: uma linha do tempo. **Veja**, 12 jul. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo>.
- STASZAK, J.-F. Other/Otherness. In: KOBAYASHI, A. (Ed.). **International encyclopedia of human geography**. Amsterdã: Elsevier, 2020. p. 25–31.
- VEJA. O pragmatismo sorridente. **Veja**, n. 311, 21 ago. 1974.
- ZEVALLOS, Z. What is otherness? **Voices: Voices of Interdisciplinary Critical Explorations**, v. 13, n. 1, p. 3–6, 2023.